

Campus Porto Velho Zona Norte
**Coordenação do Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação
Profissional e Tecnológica**

SUELI APARECIDA DA COSTA

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM DEBATE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS
MODELOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
BRASILEIRA FRENTE ÀS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO**

PORTO VELHO
2026

SUELI APARECIDA DA COSTA

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM DEBATE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS
MODELOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
BRASILEIRA FRENTE ÀS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora Ana Cláudia Dias Ribeiro.

PORTO VELHO
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Costa, Sueli Aparecida da.

A formação profissional em debate: uma análise crítica dos modelos curriculares da Educação Profissional e Tecnológica brasileira frente às demandas do mercado de trabalho / Sueli Aparecida da Costa. - Porto Velho, 2026.
22 f. : il.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Ana Claudia Dias Ribeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Currículo. 3. Mercado de trabalho. 4. Formação profissional. 5. Trabalho e educação. I. Ribeiro, Ana Claudia Dias (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.


Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

SUELI APARECIDA DA COSTA


**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM DEBATE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS
MODELOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
BRASILEIRA FRENTE ÀS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Curso de Pós-Graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora Ana Cláudia Dias Ribeiro.


Aprovado em: 14/04/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **OSEIAS LIMA DA SILVA**
Data: 13/05/2026 15:46:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Oséias Lima da Silva
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE DE ALMEIDA MAIA**
Data: 20/05/2026 21:27:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Esp. Felipe de Almeida Maia
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **ANA CLAUDIA DIAS RIBEIRO**
Data: 21/05/2026 11:51:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Ana Cláudia Dias Ribeiro
Orientadora

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM DEBATE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS MODELOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA FRENTE ÀS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO

RESUMO: A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa papel relevante na formação de trabalhadores diante das transformações tecnológicas, produtivas e organizacionais. Este artigo analisa criticamente os modelos curriculares da EPT no Brasil e sua relação com as demandas contemporâneas do mundo do trabalho. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental de legislações e diretrizes curriculares da EPT, além de dados secundários da PNAD Contínua, RAIS e CAGED. O referencial teórico fundamenta-se nas contribuições de Frigotto, Ciavatta, Saviani, Ramos e Kuenzer. Os resultados evidenciam tensões entre uma perspectiva voltada à empregabilidade imediata e outra orientada à formação humana integral. Observa-se predominância da abordagem por competências na organização curricular, frequentemente associada à fragmentação do conhecimento e à adaptação às demandas imediatas do mercado. Por outro lado, as discussões teóricas e normativas indicam a relevância do currículo integrado, fundamentado na politécnica e na formação omnilateral, como alternativa para uma formação profissional mais crítica e abrangente. Conclui-se que o aprimoramento dos currículos da EPT exige articulação entre políticas públicas, fundamentos teóricos da relação trabalho-educação e estratégias pedagógicas capazes de integrar formação técnica, científica e humanística.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Currículo; Mercado de Trabalho; Formação Profissional; Trabalho e Educação.

ABSTRACT: Professional and Technological Education (PTE) plays a relevant role in the training of workers in the face of technological, productive, and organizational transformations. This article critically analyzes the curricular models of PTE in Brazil and their relationship with contemporary demands of the world of work. The research, with a qualitative approach and exploratory-descriptive character, was developed through bibliographic review, document analysis of PTE legislation and curricular guidelines, as well as secondary data from Continuous PNAD, RAIS, and CAGED. The theoretical framework is based on the contributions of Frigotto, Ciavatta, Saviani, Ramos, and Kuenzer. The results show tensions between a perspective focused on immediate employability and another oriented towards integral human formation. There is a predominance of the competency-based approach in curricular organization, often associated with the fragmentation of knowledge and adaptation to immediate market demands. On the other hand, theoretical and normative discussions indicate the relevance of the integrated curriculum, based on polytechnic education and omnilateral formation, as an alternative for a more critical and comprehensive professional training. It is concluded that the improvement of PTE curricula requires articulation between public policies, theoretical foundations of the work-education relationship, and pedagogical strategies capable of integrating technical, scientific, and humanistic training.

Keywords: Professional and Technological Education; Curriculum; Labor Market; Professional Training; Work and Education.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica assume, na contemporaneidade, um papel estratégico na formação de trabalhadores para o mundo do trabalho, especialmente diante das rápidas transformações tecnológicas, econômicas e sociais que caracterizam o século XXI. Como instância formativa que articula conhecimentos teóricos e práticos, a EPT constitui-se como política pública fundamental para a inserção qualificada de jovens e adultos no setor produtivo, ao mesmo tempo que pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

No contexto brasileiro, a EPT tem sido objeto de diversas políticas públicas nas últimas décadas. Para além da criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892/2008), destaca-se recentemente a **Lei nº 12.603/2025**, que atualiza o marco legal da EPT, estabelecendo novas diretrizes para a articulação entre instituições de ensino e setor produtivo, com ênfase na formação por competências e na flexibilização curricular. Conforme ressalta Pacheco (2012), a EPT assume relevância estratégica no desenvolvimento nacional, capacitando os sujeitos para as demandas contemporâneas do setor produtivo e para o exercício da cidadania.

A problemática que orientou esta investigação situou-se precisamente na tensão entre a formação oferecida pelas instituições de EPT e as demandas provenientes do setor produtivo. Em que medida os currículos da EPT brasileira têm acompanhado as transformações do mundo do trabalho? Como se estabelecem as conexões entre as competências desenvolvidas nos cursos técnicos e aquelas efetivamente requeridas pelos empregadores? Quais mecanismos de colaboração entre instituições de ensino e empresas têm se mostrado eficazes para aproximar a formação das necessidades produtivas? Essas questões ganham especial relevância em um contexto marcado pela chamada "Indústria 4.0", pela digitalização dos processos produtivos e pela emergência de novas formas de organização do trabalho.

Esta pesquisa justificou-se pela necessidade de compreender criticamente as relações entre educação e trabalho no âmbito da EPT, superando visões meramente instrumentais ou adaptativas. Tratou-se de analisar não apenas como

os currículos podem ser ajustados às demandas do mercado, mas também como podem contribuir para a formação de trabalhadores críticos, criativos e politicamente conscientes de seu papel na sociedade. Nessa perspectiva, a análise dos modelos curriculares considerou tanto as exigências imediatas da produção quanto as dimensões humanas e sociais da formação profissional, em diálogo com os fundamentos da formação omnilateral e da politecnia.

A relevância social deste estudo reside no seu potencial contribuição para o aprimoramento das políticas públicas de EPT e para a qualificação dos processos formativos oferecidos à classe trabalhadora brasileira. Ao identificar lacunas, apontar estratégias bem-sucedidas e propor diretrizes curriculares mais adequadas, a pesquisa buscou subsidiar gestores, educadores e formuladores de políticas na tomada de decisões que impactam diretamente a vida de milhares de estudantes e trabalhadores.

Do ponto de vista acadêmico, a investigação dialoga com um campo de estudos consolidado no Brasil – o da relação trabalho-educação –, mas também atualiza esse debate à luz das transformações contemporâneas. Autores como Frigotto (2010), Ciavatta (2014) e Saviani (2007) oferecem fundamentos teóricos essenciais para compreender as determinações históricas e sociais que conformam a educação profissional no capitalismo, enquanto pesquisas mais recentes (Vieira; Radke, 2019; Sousa; Saraiva; Morais, 2023; Silva; Coutinho, 2024) ajudam a situar o debate no contexto atual, problematizando as políticas educacionais vigentes e seus impactos na organização curricular da EPT.

O objetivo geral deste estudo foi analisar criticamente o alinhamento dos modelos curriculares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com as demandas em constante transformação do mundo do trabalho, com ênfase no papel estratégico e crítico da colaboração com o setor produtivo para a efetivação desse alinhamento. De modo mais específico, buscou-se identificar as conexões entre os modelos curriculares da EPT e as demandas do setor produtivo, evidenciando as tensões existentes entre a abordagem por competências e a perspectiva de formação integrada; descrever as metodologias e os currículos adotados na EPT diante das transformações do mundo do trabalho, considerando tanto a hegemonia do modelo por competências quanto as alternativas de caráter crítico; e, por fim, apontar as principais deficiências dos modelos curriculares atuais, destacando a fragmentação do conhecimento e a tendência de redução da

formação à lógica da empregabilidade imediata.

Este artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, descrevendo a abordagem, as fontes de dados e as técnicas de análise utilizadas. Na terceira seção, desenvolve-se a fundamentação teórica, discutindo as relações entre trabalho e educação, as concepções curriculares na EPT e o contexto das políticas públicas para a EPT no Brasil. A quarta seção apresenta e discute os resultados da pesquisa, articulando o referencial teórico com a análise documental e os dados estatísticos examinados. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, nas quais são sintetizados os principais achados do estudo, suas implicações para o debate sobre os currículos da EPT e possíveis encaminhamentos para pesquisas futuras.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como **qualitativa**, de natureza exploratória e descritiva, tendo como objetivo analisar criticamente o alinhamento entre os modelos curriculares da Educação Profissional e Tecnológica e as demandas do mundo do trabalho. No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma **pesquisa bibliográfica e documental**, complementada pela análise de dados secundários de natureza estatística, o que caracteriza uma abordagem **quali-quantitativa** (Günther, 2006), na qual os dados quantitativos são utilizados de forma complementar para contextualizar o fenômeno investigado, sem que se pretenda generalização estatística.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na análise de obras acadêmicas consolidadas no campo da educação e da EPT, conforme orientação de Gil (2002). A abordagem qualitativa possibilita a compreensão aprofundada das concepções, práticas e desafios que caracterizam os modelos curriculares da EPT, permitindo ao pesquisador examinar uma ampla gama de fenômenos e abordagens teóricas. A opção por essa abordagem justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve dimensões históricas, políticas e pedagógicas não passíveis de quantificação.

2.1 Procedimentos de coleta de dados

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de livros, artigos científicos e capítulos de livros que abordam as relações entre trabalho e educação, os fundamentos curriculares da EPT e as políticas públicas educacionais voltadas à formação profissional. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, utilizando os descritores: "Educação Profissional e Tecnológica", "currículo integrado", "formação omnilateral", "políticas públicas EPT" e "trabalho e educação".

Quadro 1 – Principais referências da discussão teórica

Autor(es)/Ano	Título	Tipo	Principais contribuições
Pacheco, E. M. (2012)	Educação profissional técnica de nível médio...	Capítulo de livro	Analisa as tensões na formulação das diretrizes curriculares
Saviani, D. (2007)	Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos	Artigo	Estabelece as bases ontológicas da relação trabalho-educação
Frigotto, G. (2010)	A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica	Artigo	Discute a dualidade estrutural da educação brasileira
Ciavatta, M. (2014)	A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade	Capítulo	Propõe o conceito de formação integrada
Ramos, M. (2011)	A pedagogia das competências	Livro	Crítica à abordagem por competências
Silva, R. N.; Coutinho, D. J. R. (2024)	O papel da EPT na formação para o mercado de trabalho	Artigo	Panorama recente sobre os desafios da EPT
Vieira, M. S.; Radke, E. (2019)	Educação profissional e mundo do trabalho	Artigo	Problematiza a noção de competência na Indústria 4.0

Autor(es)/Ano	Título	Tipo	Principais contribuições
Kuenzer, A. Z. (2007)	Da dualidade assumida à dualidade negada	Artigo	Analisa as transformações no mundo do trabalho

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A pesquisa documental contemplou a análise de legislações, diretrizes curriculares, programas governamentais e documentos institucionais relacionados à Educação Profissional e Tecnológica. Os documentos analisados foram:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)
- Lei nº 11.892/2008 (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica)
- Lei nº 12.603/2025 (novo marco legal da EPT)
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 1/2021)
- Plano Nacional de Educação (2014-2024) e proposta do PNE (2025-2034)
- Documentos institucionais do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Relatórios de avaliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Os dados quantitativos foram provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (MTE), além do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior (MEC/INEP). A opção por essas fontes justifica-se por sua confiabilidade e abrangência nacional, permitindo uma visão ampla das tendências de empregabilidade e formação profissional no Brasil.

2.2 Análise dos dados

A análise dos dados qualitativos (documentos e referencial teórico) foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme proposição de Bardin (2016). Foram seguidas as três etapas fundamentais: (a) pré-análise (organização do

material, leitura flutuante, constituição do *corpus*); (b) exploração do material (codificação, categorização); (c) tratamento dos resultados e interpretação (inferência e interpretação à luz do referencial teórico).

As **categorias de análise** derivadas do método foram:

1. **Relação trabalho-educação** – subdividida em: (a) formação instrumental voltada à empregabilidade; (b) formação omnilateral orientada à emancipação.
2. **Concepções curriculares** – subdividida em: (a) modelo de competências; (b) currículo integrado (politecnicia).
3. **Políticas públicas e colaboração setorial** – subdividida em: (a) marcos legais e programas; (b) articulação EPT-mercado.

Os dados quantitativos foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise descritiva (cálculo de frequências, médias e percentuais), servindo como contexto para a compreensão do fenômeno estudado. Não foi realizada análise estatística inferencial, uma vez que o objetivo da pesquisa não é a generalização, mas a compreensão aprofundada do fenômeno.

Esta pesquisa não coletou dados primários em campo. Todo o material analisado é de natureza bibliográfica e documental, conforme descrito. As análises basearam-se exclusivamente em fontes secundárias disponíveis publicamente.

Para garantir o rigor metodológico exigido em trabalhos acadêmicos, foram adotados os seguintes procedimentos: seleção criteriosa das fontes (priorizando obras com reconhecida relevância na área); análise crítica do material (confrontando diferentes perspectivas teóricas); articulação entre diferentes tipos de dados (teóricos, documentais e estatísticos); coerência entre objetivos, método e análise; e registro sistemático das interpretações.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos para a análise crítica da EPT

A compreensão crítica da Educação Profissional e Tecnológica requer, preliminarmente, o exame das relações históricas e estruturais entre trabalho e educação no modo de produção capitalista. Como adverte Frigotto (2010), a educação profissional não pode ser analisada como fenômeno autônomo ou

meramente técnico, mas sim como prática social determinada pelas contradições inerentes à sociedade de classes, na qual a formação dos trabalhadores está permanentemente tensionada entre as necessidades de reprodução do capital e as possibilidades de emancipação humana.

Para Saviani (2007), filiado à tradição marxista, a gênese da educação profissional na modernidade vincula-se à divisão social do trabalho e à separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Enquanto a educação das elites destinava-se ao desenvolvimento das capacidades de direção e comando, a educação das classes subalternas restringia-se ao adestramento para tarefas executivas. Essa dualidade estrutural, que historicamente marcou a educação brasileira, permanece como desafio a ser enfrentado pelas políticas de EPT que pretendam superar a lógica da mera adaptação dos trabalhadores às demandas do capital.

O autor desenvolve, nesse contexto, o conceito de "trabalho como princípio educativo", demonstrando que o trabalho constitui a base ontológica do ser social. Saviani (2007, p. 154) argumenta que "o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens". Essa perspectiva implica conceber a EPT não como mera preparação para ocupações específicas, mas como processo de humanização que integra dimensões técnicas, científicas e culturais.

Ciavatta (2014) propõe o conceito de "formação integrada" como alternativa à fragmentação entre formação geral e formação profissional. Inspirada na tradição da politecnia e na perspectiva da **formação omnilateral** – que significa a formação do ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica – a autora defende uma concepção de EPT que articule trabalho, ciência e cultura, proporcionando aos trabalhadores não apenas o domínio técnico de determinadas ocupações, mas também a compreensão dos fundamentos científicos e sociais do processo produtivo. A formação omnilateral, nessa perspectiva, "significa a formação do ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política e científico-tecnológica" (Ciavatta, 2014, p. 190).

Frigotto (2010, p. 37) aprofunda essa discussão ao afirmar que "a educação profissional e tecnológica, se tomada numa perspectiva crítica e emancipatória, deve formar o trabalhador para dominar os fundamentos das técnicas, e não

apenas para executar tarefas prescritas". Essa concepção implica uma necessária superação do modelo de competências, tal como tem sido hegemonicamente adotado, para se aproximar de uma formação que integre conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, capacitando os trabalhadores para compreender e intervir nos processos produtivos.

Kuenzer (2007) contribui com a análise ao examinar as transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a educação profissional. A autora destaca que a reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e as novas demandas por polivalência e capacidade de adaptação impõem desafios inéditos aos sistemas de formação profissional, exigindo respostas que vão além do mero treinamento para postos de trabalho específicos. Kuenzer (2007, p. 115) alerta que "a nova base técnica e organizacional do trabalho demanda trabalhadores com maior capacidade de abstração, de decisão e de comunicação", o que requer uma formação que articule conhecimentos teóricos e práticos de forma integrada.

3.2 Currículo na EPT: disputas, hegemonias e alternativas

O currículo constitui-se como território de disputas e materialização das concepções de formação profissional. Na EPT brasileira, diferentes modelos curriculares têm se sucedido historicamente, refletindo as transformações nas políticas educacionais e nas relações entre Estado, setor produtivo e sociedade civil. A análise desses modelos requer a compreensão das diferentes concepções que os orientam, desde as abordagens tecnicistas até as perspectivas críticas e emancipatórias.

Pacheco (2012) analisa as perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio à luz das propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais, destacando a tensão entre uma formação mais ampla, que prepare para o mundo do trabalho em sentido amplo, e uma formação estritamente voltada para o atendimento das demandas imediatas do mercado. Para o autor, o desafio contemporâneo da EPT consiste em "formar profissionais competentes tecnicamente, mas também cidadãos críticos, capazes de compreender e intervir na realidade social" (Pacheco, 2012, p. 45).

O modelo de competências foi amplamente difundido na EPT a partir dos anos 1990, como parte das reformas educacionais orientadas pelo neoliberalismo.

Ramos (2011) realiza crítica aprofundada a essa pedagogia, evidenciando sua filiação aos pressupostos do neoliberalismo e sua tendência a reduzir a formação humana ao atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Para a autora, a noção de competência, tal como tem sido operacionalizada nos currículos da EPT, frequentemente esvazia a dimensão crítica da educação e subordina o processo formativo à lógica da empregabilidade.

Ramos (2011, p. 221) argumenta que "a pedagogia das competências se apresenta como uma adequação da educação às demandas do mercado, naturalizando as relações sociais capitalistas e obscurecendo as contradições inerentes ao mundo do trabalho". Nessa perspectiva, a autora defende a necessidade de resgatar a centralidade do conhecimento científico e da formação ampla como fundamentos do currículo da EPT, superando a fragmentação e o pragmatismo típicos da abordagem por competências.

Movimentos hegemônicos de universalização curricular têm sido observados nas últimas décadas, especialmente por meio da atuação de organismos multilaterais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tais organismos promovem padrões globais de competências e diretrizes curriculares que tendem a homogeneizar os currículos de educação profissional em escala internacional, desconsiderando realidades locais, culturas produtivas específicas e os interesses da classe trabalhadora. Silva (2010) e Apple (2006) analisam criticamente esses movimentos, evidenciando que o currículo nunca é neutro, mas expressa relações de poder e disputas entre grupos sociais.

O currículo integrado emerge, nesse contexto, como alternativa crítica à fragmentação entre formação geral e formação técnica. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) desenvolvem essa concepção, demonstrando que a integração curricular não se reduz à justaposição de disciplinas, mas implica a articulação entre conhecimentos científicos, tecnológicos, humanísticos e práticos, tendo o trabalho como princípio educativo. Para os autores, o ensino médio integrado "é aquele possível e necessário em uma realidade concreta, para garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão" (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 45).

Vieira e Radke (2019) examinam as perspectivas da educação profissional diante do contexto atual do mundo do trabalho, problematizando a noção de

competência e suas implicações para a formação dos trabalhadores. As autoras argumentam que, embora a abordagem por competências tenha contribuído para aproximar a formação das exigências produtivas, ela também carrega o risco de reduzir a educação profissional ao mero treinamento para tarefas específicas, esvaziando sua dimensão formativa mais ampla. No contexto da Indústria 4.0, as autoras destacam a necessidade de currículos flexíveis sem perder de vista a formação humana integral.

Silva e Coutinho (2024), em estudo recente sobre o papel da EPT na formação para o mercado de trabalho, identificam desafios persistentes na articulação entre teoria e prática nos currículos dos cursos técnicos e tecnológicos. Os autores destacam a necessidade de superar a justaposição entre disciplinas de formação geral e disciplinas técnicas, em direção a uma efetiva integração curricular que possibilite aos estudantes compreenderem a totalidade do processo produtivo e atuarem como sujeitos críticos e propositivos.

A análise dos modelos curriculares da EPT deve considerar ainda as especificidades das diferentes áreas profissionais e os diferentes níveis e modalidades de ensino. Sousa, Saraiva e Morais (2023), ao organizarem estudos sobre concepções e desafios da EPT, ressaltam a diversidade de experiências e a necessidade de se considerarem as realidades locais e regionais na formulação e implementação dos currículos, bem como as especificidades dos diferentes arranjos produtivos locais.

Manfredi (2002) oferece contribuição fundamental ao historicizar a educação profissional no Brasil, demonstrando como as diferentes configurações curriculares ao longo do tempo estiveram associadas a projetos políticos e econômicos específicos, bem como a correlações de força entre distintos atores sociais. A autora evidencia que as disputas em torno do currículo da EPT refletem as tensões mais amplas entre os projetos de sociedade em confronto na história brasileira.

3.3 Políticas públicas e marcos legais recentes da EPT no Brasil

As políticas públicas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil têm experimentado significativas transformações nas últimas décadas. Desde a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892/2008), passando pelas reformas dos anos 1990 e pelos marcos legais

mais recentes, a EPT tem sido objeto de diferentes orientações políticas e pedagógicas, cuja análise crítica é fundamental para compreender os modelos curriculares vigentes.

O marco recente mais importante é a **Lei nº 12.603/2025**, que estabelece novas diretrizes para a articulação entre instituições de ensino e setor produtivo, ampliando mecanismos de colaboração como estágios, aprendizagem profissional e parcerias público-privadas. A lei também reforça a abordagem por competências como eixo estruturante dos currículos, o que demanda análise crítica à luz dos fundamentos da formação omnilateral. Entre as principais inovações da lei, destacam-se: a flexibilização da carga horária dos cursos técnicos; a possibilidade de aproveitamento de experiências extraescolares; e a criação de itinerários formativos personalizáveis.

A Resolução CNE/CP nº 1/2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, representa um marco importante ao estabelecer princípios como a articulação com o setor produtivo, a flexibilidade curricular e a valorização da experiência extraescolar. No entanto, sua implementação efetiva e seus impactos na qualidade da formação oferecida ainda demandam investigação aprofundada, especialmente no que se refere à tensão entre formação técnica e formação humana integral.

O contexto contemporâneo apresenta desafios particulares para a EPT brasileira. As transformações tecnológicas associadas à Indústria 4.0, a automação de processos produtivos, a economia digital e as novas formas de organização do trabalho impõem a necessidade de permanente atualização dos currículos e das metodologias de ensino. Como apontam Vieira e Radke (2019, p. 12), "as rápidas mudanças no mundo do trabalho exigem da EPT flexibilidade curricular e capacidade de antecipar tendências, sem perder de vista a formação humana integral".

As políticas de incentivo à EPT, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513/2011, e o Programa de Bolsa-Formação, merecem análise quanto à sua eficácia na ampliação da oferta de profissionais qualificados e quanto ao seu alinhamento com as efetivas necessidades do mundo do trabalho. Sousa, Saraiva e Morais (2023) destacam a importância de se avaliarem os impactos dessas políticas na qualidade da formação oferecida e na inserção profissional dos egressos, bem como suas

contradições e limites.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados foi estruturada a partir das três categorias centrais derivadas da análise de conteúdo: relação trabalho-educação, concepções curriculares e políticas públicas.

4.1 A relação entre trabalho e educação nos currículos da EPT

A análise da literatura especializada e dos documentos normativos revela a permanência de uma tensão histórica entre diferentes concepções de formação profissional no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. De um lado, observa-se uma perspectiva orientada para o atendimento imediato das demandas do mercado de trabalho, priorizando a qualificação voltada à empregabilidade. De outro, identificam-se concepções que defendem uma formação mais ampla, articulando a dimensão técnica com a formação humana integral e com a compreensão crítica dos processos produtivos.

Os documentos oficiais que orientam a organização da EPT no Brasil, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 1/2021) e a Lei nº 12.603/2025, destacam a necessidade de uma formação que integre trabalho, ciência e cultura. No plano normativo, essa perspectiva indica a busca por uma formação que ultrapasse a mera preparação para ocupações específicas, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos de forma articulada.

Entretanto, a análise crítica desses documentos, em diálogo com autores como Frigotto (2010) e Saviani (2007), indica que a materialização desses princípios nos currículos ainda encontra limites significativos. Em muitos casos, a organização curricular tende a privilegiar uma formação voltada à inserção rápida no mercado de trabalho, o que pode contribuir para a consolidação de uma lógica formativa orientada predominantemente pela empregabilidade. Essa constatação confirma a permanência da dualidade estrutural apontada por Saviani (2007), na qual a educação dos trabalhadores é historicamente orientada para a adaptação às necessidades do capital.

Os dados estatísticos analisados a partir das bases da RAIS e do CAGED indicam que os egressos de cursos técnicos apresentam, de modo

geral, índices mais elevados de inserção inicial no mercado de trabalho quando comparados a indivíduos com níveis de escolaridade equivalentes sem formação profissional. Essa tendência sugere que a EPT desempenha papel relevante na ampliação das oportunidades de inserção profissional. Contudo, os mesmos dados apontam a presença de elevada rotatividade em determinados setores que concentram trabalhadores formados em cursos técnicos, indicando que a formação estritamente voltada às demandas imediatas do mercado pode não garantir trajetórias profissionais estáveis ou duradouras.

Essa contradição pode ser compreendida à luz das reflexões de Kuenzer (2007), que discute as transformações no mundo do trabalho e seus impactos na educação profissional. A autora destaca que a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho têm gerado maior instabilidade ocupacional, mesmo para trabalhadores qualificados. Nesse contexto, a formação profissional não pode limitar-se ao desenvolvimento de competências técnicas específicas, mas deve capacitar os trabalhadores para lidar com a imprevisibilidade e para construir trajetórias profissionais autônomas.

4.2 Concepções curriculares predominantes na EPT

A análise documental das diretrizes e dos documentos institucionais relacionados à Educação Profissional e Tecnológica evidencia o predomínio da abordagem por competências como referência para a organização curricular. Esse modelo ganhou destaque nas políticas educacionais brasileiras a partir das reformas educacionais dos anos 1990, sendo frequentemente apresentado como estratégia para aproximar a formação escolar das exigências do mundo do trabalho. A Lei nº 12.603/2025 reforça essa orientação ao estabelecer as competências como eixo estruturante dos currículos da EPT.

A abordagem por competências busca orientar o processo formativo a partir do desenvolvimento de capacidades que permitam aos estudantes mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes em diferentes contextos profissionais. Em princípio, essa perspectiva pretende tornar a formação mais flexível e adaptável às mudanças no mundo do trabalho. No entanto, a literatura crítica aponta limites importantes dessa abordagem quando ela é adotada de forma predominantemente instrumental.

Ramos (2011) argumenta que a pedagogia das competências pode

contribuir para a redução da formação profissional à lógica da empregabilidade, priorizando a adaptação do trabalhador às demandas do mercado em detrimento da construção de conhecimentos mais amplos e críticos. A análise dos documentos institucionais sugere que a apropriação da abordagem por competências ocorre de maneira heterogênea entre as diferentes instituições que ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

Em algumas instituições, especialmente na rede pública federal, observa-se a tentativa de articular o desenvolvimento de competências com princípios da formação integrada, resultando em currículos que buscam equilibrar formação técnica e formação científica e humanística. Em outras instituições, particularmente em contextos mais orientados para a formação rápida de mão de obra (como cursos de curta duração do Pronatec), predomina uma concepção mais instrumental, centrada no treinamento para atividades específicas.

Como contraponto a essa perspectiva, diferentes autores do campo trabalho-educação defendem a construção de currículos integrados, fundamentados nos princípios da politecnia e da formação omnilateral. Nessa abordagem, o trabalho é compreendido como princípio educativo, orientando a articulação entre conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) destacam que o currículo integrado não se reduz à justaposição de conteúdos de diferentes áreas, mas implica a construção de práticas pedagógicas que permitam compreender os processos produtivos em sua complexidade.

Apesar da presença desse debate na literatura e em alguns documentos normativos, a análise indica que a implementação efetiva de currículos integrados ainda enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios destacam-se: a persistência da organização disciplinar tradicional, que fragmenta o conhecimento; as dificuldades de planejamento interdisciplinar entre docentes de formação geral e formação técnica; as limitações estruturais das instituições de ensino (falta de laboratórios, equipamentos, recursos didáticos); e a resistência de alguns setores produtivos que preferem trabalhadores treinados para tarefas específicas em vez de profissionais com formação mais ampla.

4.3 Políticas públicas e colaboração com o setor produtivo

A análise das políticas públicas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica evidencia avanços importantes na ampliação do acesso à formação

profissional no Brasil, especialmente a partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da implementação de programas de incentivo à qualificação profissional.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído em 2011, contribuiu para ampliar significativamente a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, alcançando um grande número de estudantes em diferentes regiões do país. Essa ampliação da oferta representa avanço relevante no que se refere à democratização do acesso à educação profissional, especialmente para populações historicamente excluídas desse nível de ensino.

Entretanto, a literatura analisada aponta que essas políticas nem sempre têm sido acompanhadas de estratégias capazes de garantir a qualidade da formação oferecida. Em muitos casos, observa-se a priorização de cursos de curta duração ou fortemente orientados para demandas imediatas do mercado de trabalho, o que pode reforçar uma perspectiva instrumental da educação profissional. Além disso, a ênfase na certificação rápida e na empregabilidade imediata pode comprometer a formação mais ampla e crítica dos trabalhadores.

Os dados analisados a partir de bases estatísticas como PNAD Contínua, RAIS e CAGED indicam que a formação profissional está associada a melhores condições de inserção inicial no mercado de trabalho, especialmente no que se refere à empregabilidade. No entanto, esses dados também evidenciam desafios relacionados à estabilidade ocupacional e à adequação entre a formação recebida e as ocupações efetivamente exercidas pelos trabalhadores.

A Lei nº 12.603/2025, ao mesmo tempo que amplia mecanismos de colaboração com o setor produtivo, também aprofunda a lógica da empregabilidade imediata, o que pode reforçar uma perspectiva instrumental da educação profissional. A lei estabelece a possibilidade de aproveitamento de experiências extraescolares como equivalentes à formação curricular, o que, embora flexibilize os percursos formativos, também pode reduzir o tempo dedicado à formação geral e crítica.

Nesse contexto, a colaboração entre instituições de Educação Profissional e Tecnológica e o setor produtivo emerge como elemento relevante para a construção de currículos mais alinhados às transformações do mundo do trabalho. Contudo, essa colaboração precisa ser estruturada de modo a preservar a

autonomia pedagógica das instituições educacionais e a garantir que a formação profissional não se reduza ao atendimento imediato de interesses empresariais. Como argumenta Frigotto (2010), é necessário evitar tanto a subordinação da educação aos interesses empresariais imediatos quanto o isolamento das instituições de ensino em relação às necessidades sociais mais amplas.

Assim, a análise dos resultados sugere que o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica depende da construção de políticas públicas capazes de articular expansão do acesso, qualidade da formação e compromisso com uma perspectiva formativa que integre dimensões técnicas, científicas e sociais do trabalho. Essa articulação constitui condição fundamental para que a EPT contribua não apenas para a inserção no mercado de trabalho, mas também para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social em que estão inseridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou criticamente o alinhamento dos modelos curriculares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) às demandas do mundo do trabalho, evidenciando a permanência de tensões entre uma formação voltada à empregabilidade imediata e outra orientada à formação humana integral.

Os resultados indicam a hegemonia da abordagem por competências nos currículos da EPT, frequentemente associada à fragmentação do conhecimento e à adaptação às exigências do mercado. Em contraponto, o currículo integrado, fundamentado na politecnicidade e na formação omnilateral, apresenta-se como alternativa relevante para uma formação mais crítica e abrangente, embora sua implementação ainda enfrente desafios estruturais e pedagógicos.

No campo das políticas públicas, verificaram-se avanços na ampliação do acesso à EPT, mas também a predominância de estratégias voltadas à inserção rápida no mercado de trabalho, o que pode limitar a formação ampla dos estudantes.

Conclui-se que o aprimoramento dos currículos da EPT requer a articulação entre políticas públicas, fundamentos teóricos da relação trabalho-educação e práticas pedagógicas integradoras, capazes de promover uma formação que ultrapasse a lógica instrumental e contribua para o desenvolvimento crítico dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 12.603, de 10 de março de 2025**. Altera a Lei nº 9.394/1996 e estabelece novas diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2025.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: CNE/CP, 2021.
- CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 185-206.
- FRIGOTTO, G. **A dualidade da educação brasileira e a relação trabalho-educação**. Campinas: Autores Associados, 2010.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.
- KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1180, 2007.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PACHECO, E. M. Educação profissional técnica de nível médio: um estudo das perspectivas a partir das propostas de diretrizes curriculares nacionais. In: MOLL, J. (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 35-52.
- RAMOS, M. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2011.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, R. N.; COUTINHO, D. J. R. O papel da Educação Profissional e Tecnológica na formação para o mercado de trabalho: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 17, n. 1, p. 998-1018, 2024.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUSA, J. P.; SARAIVA, J. R.; MORAIS, K. S. **Educação profissional e tecnológica**: concepções e desafios. Fortaleza: EdUECE, 2023.

VIEIRA, M. S.; RADKE, E. Educação profissional e mundo do trabalho: perspectivas e desafios contemporâneos. **Revista Nova Paideia**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2019.